

JORNALISMO E LEGITIMAÇÃO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA: O CASO DA ERRADICAÇÃO DA POLIOMIELITE NO BRASIL

Elen GERALDES

(UniCEUB)

Analisa os argumentos utilizados pelo jornalismo na legitimação da vacinação antipólio no País, aplicando-se a análise de discurso (AD - vertente francesa) a cinco jornais: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal da Tarde*, *Folha da Tarde* e *O Globo*. Constata a importância da veiculação da vacina como resposta ao risco da pólio e como metáfora dos riscos do subdesenvolvimento, do atraso e da perda da modernidade. O sucesso da abordagem é eficaz num momento sócio-político de transição democrática, mas perde sua eficácia quando o risco da doença se dilui entre os inúmeros riscos da contemporaneidade.

Palavras-chave: Poliomielite, Jornais Brasileiros – Divulgação Científica, Divulgação Científica - Jornais Brasileiros, Comunicação Para A Saúde

Vivemos num mundo que produz, com rapidez, novas tecnologias. Algumas são descartadas. Outras se constituem em verdadeiras necessidades, e é difícil pensar na vida sem elas. O que determina o tênue limite entre aceitação e rejeição? O que faz com que uma prática científico-tecnológica seja legitimada?

No âmbito de legitimação de uma técnica, podemos considerar a campanha de vacinação contra a pólio, no País, um sucesso. Até 1980, mais de 2000 casos de poliomielite eram notificados por ano, números altíssimos, principalmente porque havia subnotificação. Intensas ações do Programa Nacional de Imunizações, criado, em nível federal, em 1973, conseguiram reduzir os casos para somente 45, em 1983. Os anos de 1984, 1985 e 1986 apontaram falhas vacinais. O número de casos aumentou de 142 para 612, dois anos depois. Em 1986, num esforço elogiado internacionalmente, o País não se propôs simplesmente a diminuir essas ocorrências, mas a erradicar a doença. Em 1989, ocorreu o último caso de poliomielite no Brasil.

Tentaremos entender como foi legitimada a vacinação antipólio. Para isso, adotaremos o conceito de legitimação de Trigueiro (1992), que a considera um “*processo de interações, envolvendo indivíduos e instituições sociais, buscando a formação de consensos em torno de questões específicas.*” Tentaremos entender como foi a atuação do

jornalismo nesse processo, e elucidar que argumentos ele usou e o que deu consistência a esses argumentos.

Como hipótese, consideramos que a modernidade e o atraso, o rural e o urbano, o científico e o tradicional foram argumentos importantes utilizados pelos jornais. Isso se justifica pela vocação “*iluminista*” do jornalismo, ou seja, sua ênfase na afirmação das técnicas e das tecnologias.

Para marcar a oposição entre modernidade e atraso, podemos considerar a primeira como ruptura, seja de um local, de um estado, de uma situação (Berman, 1996). A vacinação contra a pólio não seria um mote para a defesa de gerações mais saudáveis, sem máculas ou nódoas do subdesenvolvimento? Não permitiria à imprensa fazer um gancho com as transformações políticas do país e a necessidade de construção democrática?

Considerando as transformações urbanas vivenciadas no Brasil na década de 60 – cujos impactos as grandes cidades experimentariam nos anos 70 –, um bom argumento para a vacinação contra a pólio seria a possibilidade que ela representa de dar uma resposta urbana e moderna à doença.

Por fim, se considerarmos que a ciência, na década de 70, apresentava-se como vitoriosa – afinal, o homem já não tinha ido à lua? –, argumentos construídos a partir desse êxito pareciam ser bem-vindos. É possível unificar todos esses argumentos? Há entre eles um fio condutor, um traço comum e/ou um aspecto predominante? Defendemos que a idéia de *risco*, isto é, a possibilidade de que algum infortúnio aconteça, cumpriu esse papel. A imprensa instigava a população a se defender e a seus filhos de uma doença que poderia deixar seqüelas ou matar, e cujo risco engendrava outros riscos ... o do subdesenvolvimento, o do atraso, o da perda dos benefícios e comodidades da modernidade, a declaração de afastamento da ciência. Nesses riscos, morava o apelo vacinal muito propício à vacinação em massa e à conquista dos corações e das mentes.

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Escolhemos quatro jornais de São Paulo e um do Rio de Janeiro para analisar a cobertura da imprensa sobre o tema – *Folha de S. Paulo* (FSP), *O Estado de S. Paulo*, *Jornal da Tarde* (JT), *Folha da Tarde* (FT) e *O Globo*. Os critérios de escolha foram a facilidade em acessar os arquivos desses jornais e sua importância no cenário nacional por pautarem outros veículos locais e regionais.

Entre 1986 a 1989, notícias, matérias e notas sobre a vacinação antipólio tiveram aproximadamente 600 inserções nos jornais analisados, o que dá uma média de 120 inserções por jornal, e 30 inserções por jornal ao ano. Encontramos, no período, 17 grandes reportagens nesses jornais, com chamadas na primeira página ou manchete, ocupando, no mínimo, um quarto de página. Nas notas e notícias, havia predomínio de informações sobre locais de vacinação, seguidas de porcentagens de vacinados. Nas reportagens, os temas predominantes eram o sucesso da campanha, os números da vacinação e os riscos de eventuais falhas.

Para a análise desse material, optamos pela análise de discurso, em sua vertente francesa (ADF). Essa escolha se deu porque a ADF não considera a linguagem produtora da realidade ou seu produto, substituta do referente ou dele derivada. A linguagem é considerada discurso, levando em conta sua dinâmica e seu processo de constituição. Desta forma, tenta-se superar uma séria lacuna de várias correntes da AD: a dificuldade de contextualização, ou seja, de levar em conta os cenários de fala e de recepção, com seus atores sociais.

Decidimos analisar o material jornalístico, e não as campanhas publicitárias realizadas sobre a vacinação contra a pólio, no período, porque as segundas trazem explícitas a intenção de convencimento. Os jornais podem se constituir em um *corpus* mais complexo onde outras possibilidades também são possíveis... rejeição, crítica, recusa, polêmica, análise; onde o discurso para convencer não é o único nem o último a ser enunciado.

Os argumentos utilizados para a legitimação da vacinação contra a pólio devem ser apreendidos a partir da relação de poder que os jornais estabelecem com a sociedade. Deve-se compreender a partir de que lugar os jornais elaboram seus argumentos e dão vida a seus discursos, seja um lugar de mando, de persuasão e de convencimento. Esses argumentos originam-se no real – são, portanto, circunscritos socialmente – e a ele retornam, modificando-o. Conhecer-los, analisá-los e entendê-los é ter pistas sobre a associação entre riscos e poliomielite e entre ciência e tecnologia (C&T) e riscos.

O primeiro passo foi buscar, no material analisado, a presença dessa voz de comando, desse lugar de fala mais autoritário ou mais comedido. Como os jornais dirigiam-se ao leitor sobre a vacinação contra a pólio: eram didáticos, convincentes, persuasivos, assustadores? Para chegar à resposta, precisamos entender a forma como os argumentos foram utilizados.

Num segundo momento, esse discurso desconstruído deveria aspirar à unidade, mesmo transitória. Tentamos entender os sentidos que foram sendo construídos sobre doença, risco, modernidade, salvação, lendo as relações possíveis entre os argumentos na história brasileira de então e na própria discussão da contemporaneidade sobre doenças e riscos.

DESCRIÇÃO DA PESQUISA

Exemplo do tema “*sucesso da campanha*” foi uma matéria publicada no *Jornal da Tarde*, de 14 de agosto de 1986, ocupando meia página. Trazia fotos de crianças vacinadas e a legenda *O número de vacinados em São Paulo deverá superar a previsão inicial*.

O título *Fim de mais uma campanha contra a pólio. Menos no Nordeste* remete ao sucesso atingido em todo o País e à necessidade de reforçar a vacinação, em outubro daquele ano, principalmente na região Nordeste, que reunia 27% dos casos do País. A matéria trazia uma síntese do desempenho de cada estado, valorizando, sobretudo, bons resultados de São Paulo e do Sul. As fontes eram basicamente oficiais – o ministro e secretários de saúde. A declaração do primeiro, Roberto Santos, virou “*sutiã*” (nome dado, no jornalismo, à área de destaque que sucede o título da matéria e pretende resumí-la ou explicá-la): *O ministro da Saúde prometeu sábado: vamos extinguir a pólio no Brasil até 1990. Maiores preocupações: os estados de Alagoas e Sergipe*.

Não há entrevistas de pais, voluntários ou técnicos que trabalharam como vacinadores. Muitas contradições entre o título e a matéria são encontradas nas reportagens *Resultado da Campólio satisfaz ministério*, da *Folha de S. Paulo*, de 20 de agosto de 1986 e *Vacinação antipólio só atinge 44% das crianças*, de *O Estado de S. Paulo*, do dia anterior. A primeira matéria trazia um quadro com a população vacinada em cada região, computando um total de 12.016.377 crianças. No mesmo quadro, mostrava-se a meta do Ministério da Saúde de atingir 19,2 milhões. Apesar da diferença entre o valor estimado e o alcançado, o jornal destacou o resultado satisfatório da campanha para o Ministério da Saúde. Na matéria de *O Estado de S. Paulo*, jornal responsável por duas das três reportagens que apontaram falhas nos resultados das campanhas de vacinação, apresentava-se uma percentagem de 44% como valor alcançado. No decorrer da matéria, porém, afirmava-se que tal resultado ainda era parcial, decorrência dos primeiros relatórios. Houve, portanto, uma “*dança dos números*”. Ora, os jornais reforçavam que a

meta pretendida estava próxima de ser alcançada – ou deveria estar, era necessário que estivesse –, ora diziam que era impossível de ser atingida.

Outro aspecto importante das matérias foi a ênfase na união e na solidariedade do Estado, dos profissionais da saúde e dos pais na luta contra a pólio. Matéria da *Folha de S. Paulo*, de 17 de agosto de 1986, trazia como título *Em São Paulo, greves da saúde não afetam vacinação*. O texto referia-se a uma greve de reivindicação por melhores salários que durou o mês de agosto de 1986, mas foi interrompida para a realização da campanha.

Essa corrente de solidariedade tão apregoada pelos jornais tinha um contraponto: o alerta de que, se um dos elos falhasse, todos ficariam expostos e correriam o risco de serem atingidos. Na mesma reportagem da *Folha*, havia uma declaração do então secretário de saúde do estado de São Paulo, João Yunes: “*a campanha é fundamental para controlar a paralisia infantil e foi a grande responsável pela marca de apenas um caso este ano em São Paulo, o de uma criança que veio de outro estado e que não tinha tomado a vacina.*” No depoimento de Yunes, o auto-elogio à Secretaria de Saúde de São Paulo, que parecia ter cumprido corretamente a sua função. Mas também um alerta: outros estados tinham falhas. Era imprescindível evitar que eles comprometessem a segurança da população de São Paulo.

Embora a campanha tenha sido nacional, o Ministério da Saúde e os técnicos do Programa Nacional de Imunizações enfatizaram a participação de cada estado, incentivando-os a desenvolver com criatividade suas estratégias. Em todas as matérias analisadas foram feitas comparações sobre os mecanismos adotados por cada estado para promover e realizar a vacinação, revelando uma competição para avaliar quais secretarias de saúde obtiveram os melhores resultados.

Os estados do Nordeste foram citados como os menos competentes. Muitas matérias saíam durante as campanhas, antes dos dados definitivos serem divulgados, mas os jornais se antecipavam e concluíam: o Sul e o Sudeste eram mais eficientes. É o que mostraram os títulos: *Vacinação antipólio atinge 94% das crianças em SP* (FSP, 10 de junho de 1989), *Fim de mais uma campanha contra a pólio. Menos no Nordeste* (JT, 18 de agosto de 1986), *Pólio: 1,3 milhão de crianças vacinadas no Rio* (O Globo, 16 de agosto de 1987) e *O combate à pólio: Santa Catarina fez o maior número de vacinações* (FT, 23 de maio de 1988).

Reportagem de página inteira da *Folha de S. Paulo*, de 8 de maio de 1989, trazia como título *Falta de vacinação mata uma criança por hora no país*. O texto baseava-se em estudo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que tentava entender as causas da não imunização de várias crianças brasileiras, principalmente as nordestinas. Segundo a

pesquisa, embora houvesse vacinas para todos nos postos de saúde, muitas vezes elas estragavam no transporte ou nas prateleiras, por falta de uso. A reportagem apresentava sugestões para se criar um “*grupo tarefa emergencial que apóie a vacinação nos estados problemáticos do Nordeste, durante os seis primeiros meses do governo. Há muitos técnicos bons na área de imunização no Brasil. Não seria difícil montar um grupo de quatro pessoas, num curto espaço de tempo, para coordenar um plano emergencial que objetive a meta de vacinação universal em 1990.*” (FSP, 8/05/89).

A incompetência para a vacinação no Nordeste parecia revelar, no dizer dos jornais, uma incompatibilidade com a modernidade. Na matéria citada da *Folha de S. Paulo*, o então ministro da Saúde, Alcení Guerra, afirmou que “*é um absurdo a morte pela falta de vacinação, já que existem os remédios e quem aplicá-los.*” Lançava, dessa forma, a culpa pelo insucesso das vacinações no Nordeste não no Governo Federal, que disponibilizou os recursos para a região, nem nos pais, que não são citados, mas numa entidade abstrata e de forte presença no imaginário do Estado e da mídia, o “*atraso*” nordestino.

Mas como a doença era explicada nos jornais? Qual a sua face, quais as suas características? A maioria das matérias resumia-se a pedir que os pais levassem os filhos para vacinar, que cumprissem esse dever. É o que demonstrava o título: *É hoje, não deixe de vacinar seu filho*, da *Folha da Tarde*, de 13 de agosto de 1988. A doença era citada como “grave”, “gravíssima”, “sem cura”, “quase sempre fatal” e “responsável por seqüelas e marcas irreversíveis”.

Uma das únicas matérias com espaço maior para explicar a doença foi da *Folha de S. Paulo*, de 12 de agosto de 1989. Um pequeno *box* de 20 linhas, com o título *A poliomielite não tem cura*, explicava que a vacinação é a única maneira de controlar essa “doença infecciosa que não tem cura.” O texto destacava, ainda, que “*a pessoa infectada fica com um ou mais membros paralisados e em alguns casos pode morrer.*” É importante analisar o que é omitido e o que é destacado, na matéria. A mais importante das omissões refere-se aos casos em que a doença não deixa nenhuma marca e evolui favoravelmente. O destaque maior é o risco que a pólio traz, a paralisia que pode atingir “*um ou mais membros*”.

As matérias não expunham as contra-indicações da vacina. A única que tocou no assunto foi a da *Folha da Tarde*, de 13 de agosto de 1988. Trazia como título: *vacina sem contra-indicação*. Enfatizava que mesmo as crianças gripadas deveriam ser vacinadas. Repetia que a vacina não faz mal, mesmo se aplicadas mais de três doses e que não há risco de sensibilização. Em qualquer caso de dúvida, a criança deveria ser levada ao posto de saúde.

A decisão de vacinar ou não só poderia ser tomada exclusivamente pelo pediatra do posto, após observação.

Uma contradição aparece constantemente na cobertura jornalística analisada. Pede-se a participação da população, sua adesão a uma vacina “*milagrosa*”, sem aspectos negativos e contra uma doença cruel. Este discurso tão unívoco e retórico acaba subestimando, porém, a necessidade de a população estar informada, de saber mais detalhes sobre a pólio, de conhecer mais profundamente o que é e como funciona a vacina.

Ao mesmo tempo em que a vacinação aparece como conquista moderna e possibilidade de ingresso do País na modernidade, não envolve maior democratização do conhecimento, um acesso da população a informações sobre saúde e a mecanismos de decisão quanto ao seu próprio corpo e à sua própria vida. Assim, C&T, representadas pela vacinação contra a pólio, não são consideradas ideologias que legitimariam a modernidade, mas como legitimadas pela ideologia de modernização. A diferença é importante: os jornais apregoavam, uníssonos, que a população deveria “*consumir*” vacina para conquistar a modernidade. Centralizados no produto da prática científico-tecnológica e não na importância da prática em si, abriam caminho para a fragilização da legitimação da vacina, quando o produto fosse substituído por outros ou quando o risco de ficar doente fosse diluído por outros riscos maiores ou pelo menos igualmente terríveis.

A ADF destaca a dinâmica e o processo de constituição de um discurso. No caso do jornalismo, esta dinâmica, em relação à cobertura da vacinação antipólio, foi extremamente repetitiva e recorrente. Isto é, ressaltou, principalmente, os aspectos positivos e a denúncia sobre os riscos de não se vacinar.

Considerando o discurso uma prática política, o discurso jornalístico analisado, prioritariamente, reproduz o que o Estado deseja ver e ouvir, que seja visto e ouvido. A população, o público, o receptor são continuamente ignorados como fontes de informação. A eles cabe receber, de forma passiva, os dados sobre o andamento da cobertura vacinal e as promessas dos órgãos públicos de erradicação da pólio. Sua ação deve se resumir a levar as crianças aos postos e a colaborar para que a campanha que lhes chega pronta tenha êxito.

Mas a ADF nos dá uma importante “*dica*”: devemos perceber os locais de fala. Quais as posições ocupadas pelos jornais nos locais de fala? São posições de mando, de obediência, de exigência, de pedido?

Destacamos a trajetória da editoria científica no jornalismo. Tradicionalmente, a ela foi reservada a função de enaltecer as maravilhas científicas e de apresentar ao público novidades tecnológicas. Assim, enquanto os jornais reproduziam o que o Estado deles

esperava, isto é, dados positivos e a ênfase na importância da vacinação, os leitores não construíam um estranhamento: viam nos jornais informações veiculadas da mesma forma que em outros temas ligados à saúde e à ciência.

Chamamos a atenção para o pressuposto da ADF de que o discurso é inseparável de uma instituição na qual e pela qual existe. A instituição jornalística é constitutivamente geradora de informações sobre C&T que são positivas e mostram um encantamento pela modernidade, mas também produz críticas e denúncias sobre os riscos das novidades científico-tecnológicas.

Estranhamente, esses riscos não estiveram presentes nas matérias analisadas. Pouquíssimas denúncias sobre vacinas que não chegaram, estragaram ou fizeram mal. As contra-indicações, um tema muito caro ao jornalismo sensacionalista, ficaram de fora. Por que as vacinas foram tratadas tão positivamente, mesmo contradizendo o papel assumido pela instituição jornalística de denunciar e cobrar?

Entre o que os jornais deveriam fazer ou costumavam fazer, e o que efetivamente fizeram, há espaço para o chamado “*contrato de leitura*”, proposto por Veron (1983). Segundo o autor, os jornais constroem seus limites, a partir das expectativas que os leitores têm a seu respeito, das pressões dos anunciantes e dos vínculos e interesses políticos e ideológicos. Neste caso, pode-se imaginar que os leitores não gostariam de ver a eficácia das vacinas contestada. Isso seria lhes inculcar insegurança, e a doença, por si só, já era muito temida para que também a sua “*cura*” tivesse ressalvas.

As pressões para que o jornalismo não se manifestasse contra as vacinas ou sequer as colocasse sob suspeita, poderiam originar-se do Estado e da comunidade médica e científica. Não se tratava de censura, mas de adesão a princípios e regras propostas por esses grupos, com quem entrar em atrito poderia ser desvantajoso. Não podemos esquecer que o Estado se constituiu e se constitui em importante anunciante nos jornais e nos meios de comunicação, de forma geral, seja direta ou indiretamente, por meio de fundações, autarquias, administração direta. E o Estado precisava ter a imprensa como aliada, e a imprensa não o decepcionou.

Os jornais também têm seus interesses políticos e ideológicos. No período, a construção democrática era uma proposta a que a sociedade civil e os meios de comunicação tinham aderido. Para os jornais, tratava-se de esquecer um longo período de censura e atenuar as pressões por autocensura. A vacinação inseria-se num projeto de País moderno, e nas campanhas podia-se vislumbrar uma relação de maior diálogo entre Estado e sociedade. Dessa forma, ideologicamente, os jornais também eram favoráveis à vacinação, esforçaram-se por preservá-la e se tornaram seus defensores.

O contrato de leitura, porém, enfatiza a dificuldade de os jornais se mostrarem diferentes do que são. Boas notícias, enaltecimentos e elogios mostram os jornais em posições de fala que normalmente lhes são estranhas. Também por isso, há críticas em algumas matérias sobre a vacinação, mas não enfocadas no processo ou no produto, na campanha ou em seus efeitos, e sim no risco de os esforços ainda terem sido pequenos.

As críticas realizadas pelos jornais não enfraqueceram o esforço vacinal. Pelo contrário: serviram de estímulo para que a sociedade percebesse a importância e a urgência da vacinação. Dessa forma, os exemplos de estados que não conseguiam cumprir suas metas eram bem-vindos para que a dimensão dos riscos se fortalecesse e, assim, a legitimação se tornasse bem-sucedida.

Constatamos que os jornais utilizaram, principalmente, o argumento de que a vacinação era uma possibilidade de sermos modernos e utilizaram o risco como unificador de todos os argumentos relativos a essa modernidade. Entre a proposta de que os riscos podem legitimar a C&T porque fazem com que a busca por verdades provisórias seja contínua, e a de que há um potencial de deslegitimação da C&T pelos riscos, pois o medo se torna tão presente que imobiliza os agentes, ficamos, nesse caso, com a abordagem de Giddens (1991). Segundo o sociólogo inglês, há uma busca por certezas numa sociedade de riscos, e isso faz com que a ciência e a tecnologia sejam valorizadas. Por outro lado, esta mesma sociedade desconfia da possível emergência de seqüelas e efeitos imprevisíveis, incontroláveis das práticas científico-tecnológicas.

Observamos, diante do nosso problema, que apenas um dos aspectos da relação entre riscos e C&T se mantinha evidente: os primeiros eram argumentos para legitimá-las. Retomando a dimensão contraditória, tensa e transitória da legitimação, pode-se perceber que enquanto esse argumento persistisse, ela continuaria sendo vitoriosa.

A forma como os jornais utilizaram, recorreram e divulgaram os riscos não é nenhuma novidade. O jornalismo, freqüentemente, apropria-se do risco para vender jornais e explicar o mundo. Nesse sentido, as expectativas dos leitores sobre o que os seus jornais deveriam fazer na cobertura da vacinação, e o que os jornais realmente fizeram, estavam bem próximas. O contrato de leitura não foi rompido.

Muitas brechas ficaram da abordagem jornalística sobre a vacinação. Uma delas é a dificuldade de os jornais conseguirem fornecer um panorama sobre a doença, os últimos dados, os avanços e os retrocessos. Havia sempre uma *“dança dos números”* ... De um lado, mostrava-se a campanha triunfante, atingindo e superando metas. Mas para se manter a tensão

indispensável numa situação de risco, os dados mostravam, por outro lado, que muito havia a ser feito e que os resultados estavam longe de ser os ideais.

CONCLUSÕES

A vacinação da pólio foi legitimada, no País, a partir da divulgação dos riscos da doença e pelo fortalecimento do caráter assustador desses riscos, quando foram convertidos em um só e reduzidos a um denominador comum: o risco de não ser moderno. Isto é, o risco de ser julgado como ignorante, de perder o trem da história, de deixar uma oportunidade importante passar. O risco da pólio era uma metáfora do risco de o País não conseguir realizar suas promessas.

A erradicação da pólio foi construída num momento de transição: entre a ditadura e a tentativa de se chegar à democracia, com o aparato coercitivo montado pela vigilância epidemiológica do regime militar ainda em vigor, mas também com um convite ao cidadão: participe, depende de você.

A municipalização da saúde, o enfraquecimento dos mecanismos coercitivos, o esquecimento da população e dos médicos sobre a doença abalam a legitimação da vacinação. Surgem polêmicas, vozes discordantes, ambíguas: os tratamentos homeopáticos questionam a necessidade de se vacinar; práticas alternativas sugerem que a melhor prevenção é a alimentação e o estilo de vida, não as três gotinhas.

O risco de perder a modernidade é o primeiro de uma série de outros que os anos 90 engendraram. O desemprego. A violência que não tem um rosto, que espreita a cada esquina. A AIDS. O caos urbano. Configurava-se uma sociedade de risco, em que não se discute a possibilidade de perder a modernidade, mas de sobreviver.

O jornalismo nos apresenta os riscos antes que tenhamos contato direto com eles. E se no período de erradicação da pólio, aderiu ao projeto de um risco unívoco, dos quais os outros eram derivados ou estavam vinculados, hoje, enfatiza os mais variados, díspares e incontroláveis riscos. Transforma a C&T em instrumentos para apaziguar medo. Paradoxalmente, também as apresenta como problemas e perigos. Nos três anos de erradicação da pólio no Brasil, a vacinação foi implementada, mas agora não consegue o mesmo apelo vacinal. Faz-se necessário retomá-la.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P. *O trabalhador da notícia*. São Paulo: Scrita, 1996.
- BECK, U. *Risikogesellschaft: auf dem weg in eine andere moderne*. Frankfurt: Suhrkamps, 1986.
- _____. The anthropological shock: Chernobyl and the contours of the risk society. *Berkeley Journal of Sociology*, Berkeley, n. 32, 1987.
- BERMAN, M. *Tudo que é sólido se desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BOSI, E. *Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- CALLON, M. *La science et ses reseaux: genèse et circulations des faits scientifiques*. Paris: La Découverte, 1989.
- CAMPANHA antipólio tem ajuda de Sabin. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 maio 1988.
- CAMPANHA antipólio vacina 3,5 milhões em SP. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 ago. 1989.
- CAPARELLI, S. *Comunicação de massa sem massa*. São Paulo: Summus, 1986.
- CARVALHO, J. M. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- COLLOR abre campanha contra a poliomielite hoje em Maceió. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 7 abr. 1989.
- O COMBATE à pólio. *Folha da Tarde*, São Paulo, 23 maio 1988.
- CRUZ, O. *Peste*. Rio de Janeiro: Bernard, 1906.
- É HOJE, não deixe de vacinar seu filho. *Folha da Tarde*, São Paulo, 13 ago. 1988.
- EM SÃO PAULO, frio prejudica vacinação contra a pólio. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 ago. 1988.
- EM SÃO PAULO, greves da saúde não afetam vacinação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 ago. 1986.
- ERBOLATO, M. *Jornalismo especializado*. São Paulo: Ática, 1981.
- ESTACIONAMENTO liberado para facilitar vacinação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 jun. 1989.
- FALHAS prejudicam vacinação antipólio. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 24 maio 1987.

- FALTA de vacinação mata uma criança por hora. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 08 maio 1989.
- FIGUEIREDO, V. *Produção social da tecnologia*. São Paulo: EPU, 1989.
- FIM de mais uma campanha contra a pólio. Menos no Nordeste. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 18 ago. 1986.
- GIBBONS, M. *et al.* *The new production of knowledge: the dynamics of science and research in the contemporary societies*. London: Sage, 1994.
- GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- GINZBURG, C. *Morelli, Freud, Sherlock Holmes: as pistas e o método científico*. São Paulo: Presença, 1980.
- GRECO, M.; MEDINA, C. (Org.) *Saber plural*. São Paulo: ECA/USP/CNPq, 1994.
- HABERMAS, J. Ciência e tecnologia como ideologia. In: *OS PENSADORES*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- HOJE, dia de combate à pólio. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 ago. 1987.
- KUHN, T. *The structure of scientific revolution*. Chicago: Chicago University, 1970.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: UNICAMP, 1996.
- MARTINS, H. O deus dos artefatos: sua vida, sua morte. In: ARAÚJO, H. R. (Org.). *Tecnociência e cultura: ensaio sobre o tempo presente*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- MARTINS, R. M. Da revolta ao controle. *Jornal do Conselho Federal de Medicina*, São Paulo, 1998.
- MERTON, R. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1968.
- MORIN, E. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- _____. *Cultura de massa no século XX: o espírito dos tempos*. Rio de Janeiro: Forense, 1970.
- _____. *O método*. Porto Alegre: Sulina, 1998.
- NASCIMENTO, E. P.; TRIGUEIRO, M. Legitimação em Habermas, Luhmann e Offe. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 5, n. 2, p. 239-260, jul./dez. 1990.
- PAÍS tem hoje 2ª etapa da vacinação antipólio. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 ago. 1989.
- PÊCHEUX, M. *Os fundamentos teóricos da análise automática do discurso*. Campinas: UNICAMP, 1992.
- PÓLIO: 1,3 milhão de crianças vacinadas no Rio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16 ago. 1987.
- PRIGOGINE, I. *O fim das certezas*. São Paulo: UNESP, 1996.

- RESULTADO da Campólio satisfaz ministério. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 ago. 1986.
- SABROZA *et al.* Doenças transmissíveis: ainda um desafio. In: MINAYO, M. C. (Org.). *Os muitos brasis: saúde e população na década de 80*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, B. S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- SAÚDE divulga novo resultado do dia de vacinação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 maio 1988.
- STEPAN, N. *Gênese e evolução da ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.
- TRIGUEIRO, M. *et al.* *A alavanca de Arquimedes: ciência e tecnologia na virada do século*. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- _____. Legitimação na produção científico-tecnológica. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 7, n. 1/2, jan./dez. 1992.
- VACINAÇÃO antipólio atinge 94% das crianças em SP. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 jun. 1989.
- VACINAÇÃO antipólio deve atingir meta. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 ago. 1989.
- VACINAÇÃO antipólio só atinge 44% das crianças. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 19 ago. 1986.
- VACINAÇÃO quer imunizar 19 milhões de crianças contra pólio na 1ª etapa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 jul. 1989.
- VERON, E. *L'analyse du contrat de lecture: pour une nouvelle méthode pour les études de positionnement des supports press*. Paris: IREP, 1983.
- WEBER, M. *Economia e sociedade*. Brasília: UnB, 1991.